

R-1750
CONIPOR
JOR

**ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E DEFESA DO PATRIMÓNIO
HISTÓRICO-CULTURAL DO CONCELHO DE SILVES**

«III JORNADAS DE SILVES»

ACTAS



SILVES
(20, 21 e 22 de Outubro de 1995)
Cine-Teatro Silvense

Ficha técnica:

Composição:

Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves (J. Jóia)

Fotocomposição, Montagem e Impressão:

Tipografia União, Folha do Domingo, Lda. - FARO

Depósito Legal: 115094/97

Tiragem: 500 ex.

*Publicação subsidiada pela Delegação Regional do Algarve do Ministério da Cultura
e pela Caixa Geral de Depósitos*

PATRIMÓNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

*Dr. Cláudio Torres **

O homem está condenado a ter memória de si próprio, do seu tempo e dos lugares da sua história. De uma história em que cada grupo humano, tanto na ritualidade dos seus gestos como no conhecimento do seu território, é a razão primeira da sua própria sobrevivência.

Hoje, depois de um certo fundamentalismo sobre questões de ecologia e questões do ambiente, estamos todos a chegar à conclusão de que não há ambiente sem homem. E mais ainda quando nos aproximamos do Mediterrâneo onde não há um palmo de terra que não tenha sido humanizado, quer dizer, onde o homem já não tenha imprimido profundamente a sua existência, a sua presença e a sua acção, muitas vezes negativa, outras vezes positiva. É por isso que não é possível, não há ambiente sem homem dentro.

Isto também é uma constatação que vai crescendo, de certo modo, e adaptando-se a uma forma de olhar o próprio ambiente cultural e de desenvolvimento, tudo no mesmo conjunto.

De uma história que, afinal, é o invólucro que distingue e que robustece a sua coesão social permitindo a cada indivíduo não só conhecer-se como, sobretudo, identificar-se com os seus, com o sítio, com a terra, com o espaço natural que o define.

O antigo regime desenvolveu, ou subdesenvolveu, ou levou ao empobrecimento e ao saque sistemático um interior agrário ainda mal conhecido e pouco explorado, concentrando nas regiões do litoral uma série de esforços de desenvolvimento e de representações simbólicas desse mesmo progresso nos grandes museus nacionais onde se começou a criar ou a organizar uma ideologia do próprio regime.

Sequência do Romantismo do séc. XIX a concentração nos grandes museus nacionais passou, necessariamente, pelo arrebanhar em todo o território de objectos, restos, fragmentos retirados das contextualidades da sua lógica regional. É o caso, por exemplo da Casa Portuguesa do S.N.I. .

A descompressão de Abril, ao cortar antigos compromissos e dependências, desencadeou movimentos descentralizadores, consolidando adormecidos poderes municipais e regionais. Palácios e castelos, antes olhados apenas como símbolos de velhos e hostis poderes senhoriais, passam, de certa forma, a desempenhar o papel de pólos positivos de agregação, de identificação local ou regional.

Há uma mutação de valores, muitas vezes, do edifício, da ruína, do castelo, do palácio, recebendo muitos deles uma nova valoração positiva. Ruínas e sítios arqueológicos, e mesmo artefactos, recuperam velhos mitos e dignidade, servindo tantas vezes de bandeira na resistência a intromissões indesejáveis dos poderes centrais.

Hoje seria impensável deslocar um simples objecto arqueológico para o depositar em Lisboa no Museu Nacional de Arqueologia. Isto já é sintomático.

*Director do Campo Arqueológico de Mértola

O passado recente, à escala humana, a história, localiza-se e firma-se, cada vez mais, sobre o seu território. Daí o crescer de iniciativas como esta, e outras, muitas mais do que pensamos, em vários pontos do país, que resultam do fervilhar de interesses, da descoberta da própria região, da ligação inter-regional, dos fenómenos culturais que estão a ser descobertos ou redescobertos aqui e ali. É um fenómeno recente, relativamente, que está a tomar uma certa consolidação.

Cada território, muitas vezes, tem o que se chama uma chave. Às vezes é um castelo, é uma pequena cidade, uma qualquer coisa que o identifica ante o seu território, a sua lógica, a sua escala. E muitas vezes é aí que está o ponto fulcral da questão, que é identificar estes pólos agregadores de um território, dando prioridade à escala humana e às distâncias que os ligam.

E aí vem o problema central que é a escala humana por ex., da pequena cidade mediterrânica, por um lado, e a megalópolis de hoje, para a qual tende aparentemente, de uma forma inevitável, esta concentração urbana.

Estamos hoje a sentir a violência urbana de Lisboa, do Porto, ou mesmo de alguns aglomerados do Algarve, cujo gigantismo está a rebentar com a própria escala humana e que esvazia os seus territórios cada vez mais confinados nos seus complexos de inferioridade.

E aqui há também um outro aspecto que quero destacar nestes fenómenos de desertificação e fuga para o litoral, ou para a megalópolis, que é o problema agrícola.

Todo o interior agrário do nosso país que identificou durante milénios regiões e comunidades está hoje, como todos sabemos, a ser sistematicamente destruído. É tal a nossa inconsciência que, muitas vezes, nem sequer o incluímos no património cultural que tem de ser urgentemente salvaguardado antes que desapareça de uma forma definitiva.

Trata-se de um genocídio cultural de que está a ser vítima toda a agricultura portuguesa, na sua triste submissão aos interesses de uma Europa húmida e saciada.

Aqui entra também outro aspecto fundamental que é uma incompreensão desta dependência ante a Europa rica onde a água não é um elemento cultural, e nunca foi, nem precisa de ser, porque há muita, embora cada vez mais poluída. Ao contrário, no mundo mediterrânico, a água faz parte da sobrevivência, da cultura, dos saberes deste mundo frágil que, de certa forma, ainda é o nosso.

O saber milenar do amanho das terras e da gestão da água, o equilíbrio, tantas vezes precário, do sistema ecológico em que o homem é ainda o único suporte, não podem apenas ser avaliados pelas máquinas registadoras do mundo empresarial.

É aqui também que reside o problema desta luta inglória, entre a sobrevivência e a exploração desregrada. No fim de contas, tudo passa ainda pela bitola "este terreno, esta terra, esta várzea, esta lezíria é rentável se vende para a cidade", se dá mais valias ao mundo financeiro.

Se por acaso essa terra não vende, ou vende pouco, mas alimenta uma comunidade de camponeses local, já é considerada não rentável. Porque o homem não conta, o homem vai ser expulso para as zonas degradadas dos bairros dormitórios dos arredores da grande cidade.

A agricultura mediterrânica pertence ao mais importante património genético e cultural da humanidade, sendo dificilmente dissociável da própria sobrevivência do homem como espécie. Porque, felizmente, não estamos ainda a comer plástico. Este não se digere. Nós temos ainda de comer coisas feitas pela terra. Ainda o que comemos, cem por cento sai de lá. Portanto, a agricultura ainda vai ser fundamental. Vai ser ainda necessário manter uma tradição, uma sabedoria, fazer uma reaprendizagem, porque a terra tem vida, morre, ou é destruída, por toda a espécie de agro-químicos e pesticidas.

Certos ritmos de agricultar a terra, que estamos a perder de uma forma quase criminosa, podem e devem ser recuperados e revitalizados.

Vejamos agora, um pouco, o exemplo de um território historicamente coerente e capaz ele próprio de gerar as suas identidades. Tomei o exemplo do vosso território, este espaço de Silves, que é dos poucos - e alguns há neste país, como de um modo geral em todo o Al-Andalus - que definiram a civilização mediterrânica e que lhe deram uma capacidade, talvez ímpar, na história do homem, de tolerância, uma capacidade de juntar, reunir coisas diferentes e caldeá-las numa simbiose civilizacional.

O Barlavento ou reino de Silves

Se durante o mundo antigo até ao séc. X, ou seja até ao chamado período califal, o Algarve é uma única região a que a velha cidade romana de Ossónoba empresta o seu nome, a partir do séc. XI nota-se a crescente afirmação de Silves como capital económica e política de todo o Barlavento.

Por essa altura, também o topónimo de Ossónoba começa a diluir-se numa vaga denominação regional passando a cidade a ser conhecida por Santa Maria de Faro.

Sintomaticamente, a partir dessa altura, sempre que se impõem as autonomias regionais e ressurgem os pequenos reinos de Faro e Silves, é sempre a esta última cidade que é atribuído o papel dominante.

A cidade de Silves e as suas várzeas ocupam o centro geográfico de um enorme anfiteatro natural, protegido a Norte pelas cumeadas da serra. O seu termo histórico, sempre recuperado nos momentos de autonomia política, parte de Aljezur, passa por Monchique, Alferce e Messines e atinge as costas meridionais em Algoz e Alcantarilha.

A costa recortada de suaves enseadas e profundas entradas de mar é pontuada de uma série de pequenas fortalezas e atalaias como Alvor, Estômbar e Porches. Como sabem, Porches vem da palavra árabe *burj*, que significa torre, torre atalaia.

É um território ímpar pela fertilidade das suas terras, pelas águas correntes, pelas boas florestas e principalmente pela bonomia de um clima que associa a brisa húmida atlântica com a luminosidade mediterrânica.

A celebridade das suas hortas e pomares de amêndoas, figos e uvas, os seus mares hospitaleiros de muito atum e âmbar, as pastagens sempre verdes das encostas da Foia e da Picota, onde no Verão convergiam muitos rebanhos serranos e campaniços, fizeram do Barlavento algarvio aos olhos dos mediterrânicos uma espécie de jardim das delícias antes dos mares tenebrosos do fim do mundo.

A endémica falta de madeira que se fazia sentir em todo o Mediterrâneo levou o sempre perspicaz siciliano Edrici a notar que as serras de Silves produziam boa madeira que, além de ser utilizada localmente na construção naval, era também exportada para outras paragens. E, de facto, na serra de Monchique ainda hoje se notam pequenas manchas florestais de castanheiros e alguns troncos carcomidos de carvalhos seculares que apenas são os destroços de uma floresta que alimentou, durante séculos, os estaleiros de Silves e, mais tarde, as primeiras aventuras da expansão quinhentista.

Por todas as razões, esta ponta extrema do Garbe foi sempre bem povoada, tanto na faixa litoral, onde a sua concentração urbana dependia das épocas de maior ou menor estabilidade das rotas marítimas, como nos vales abrigados e generosos do interior.

Ao contrário do Sotavento, onde as serranias xistosas e mais pobres se fecharam sobre si próprias, escondendo uma população arcaica e pouco atreita a contactos com o exterior, nestes territórios do sol poente parece ser mais profunda, antiga e permanente a ligação destas comunidades a outros portos e gentes.

São disso exemplo os povoados fortificados de Aljezur e Alferce. Se o primeiro sempre teve uma ligação ao mar, não foi certamente este o facto que justificou a sua implantação naquele local. A boca da barra, aberta às vagas do oceano, mesmo imaginando-a sem o assoreamento actual, seria em finais do mundo antigo praticamente intransponível.

Aljezur seria nesses tempos uma quase ilha, como o seu nome árabe indica, rodeada por uma lagoa marítima certamente rica em peixe e em marisco. Terras fertilíssimas de águas correntes justificaram a existência deste povoado de camponeses e pescadores que possuíam um recinto fortificado no cume do serro, que, além de servir naturalmente de refúgio em casos de ataque, teria também a provável função de celeiro e armazém colectivo.

O recinto intra-muros não chega a ter um hectare e o seu espaço interior, além de uma boa cisterna, organiza-se ao longo da muralha em minúsculos compartimentos contíguos que excluem a sua utilização habitacional. É um dos poucos casos que temos de celeiro colectivo semelhante a outros que existem no norte de África de civilização berbere.

Alferce, por outro lado, é uma fortaleza tipologicamente diferente, embora de funções aparentemente semelhantes. Implantada num dos pontos altos da serra de Monchique, este povoado fortificado de difícil leitura devido a um matagal impenetrável que o envolve, não chega também a ter mil metros quadrados de área interior. Nota-se o embasamento de algumas torres quadrangulares de boa alvenaria e a entrada para uma possível cisterna.

Nas proximidades das muralhas e nas encostas do cerro descem em socalco, campos abandonados de antigos pastos recentemente destruídos por uma apressada florestação. Terá sido um aldeamento de camponeses e pastores que controlava as pastagens da serra para onde se deslocavam no Verão alguns rebanhos transumantes.

Dada a proximidade de Silves, não é de excluir que uma das suas actividades económicas estivesse relacionada com o abastecimento em carne e lã da grande cidade e do seu porto.

Não é por coincidência que o desenvolvimento de Silves como cidade portuária e capital regional acontece durante o séc. XI, quando se generalizam e se multiplicam as ligações marítimas no interior da bacia ocidental do Mediterrâneo, quando emergem os grandes portos de Génova ao Norte, de Tunis e Amalfi ao Sul, de Málaga e Sevilha a Ocidente.

E uma das causas, senão a decisiva, desta súbita prosperidade da capital do Barlavento deve estar relacionada com a vida do mar e com a construção naval.

Devido a um desbaste indiscriminado das florestas litorais exploradas pelo mundo antigo, a intensa procura que então se faz sentir, obriga a prospectar novas zonas de abastecimento até então fora dos circuitos habituais.

Os estuários do Sado e do Tejo começam a ser demandados pelas suas extensas matas de pinheiro manso necessário ao casco das embarcações.

O território de Silves, por mais fortes razões, é cobiçado pelo facto de possuir as únicas matas de carvalho e castanho que, em todo o Ocidente, se aproximavam da costa e cuja madeira era insubstituível para reforçar o cavename e a mastreação dos veleiros mercantes e galeras de combate que, cada vez mais, se afoitam a entrar e a aguentar a nortada atlântica para lá de S. Vicente.

Depois da conquista de Cacela e de Tavira, tomadas na mesma campanha em que caiu

Mértola e Ayamonte, as hostes de Paio Peres Correia fazem uma longa e insólita paragem de dez anos antes de se abalançarem à conquista do Barlavento.

É um compasso de espera que devemos relacionar com imprevistas dificuldades militares e tudo leva a crer que só foram superadas através de laboriosas negociações e compromissos.

Toda a parte do ocidente algarvio, mais rica e poderosa, não só estava bem defendida nas cidades e no mar, como, cito, “a terra era mais povoada contra o cabo”, como vem referido nos Tombos Velhos de Tavira.

É certamente um povoado muito antigo e bem estruturado que se estende por todo o território, desde comerciantes e artesãos fixados nas cidades do litoral, camponeses e hortelãos que amanhavam os pomares e jardins peri-urbanos, até fortes comunidades fixadas nos vales e vertentes do interior, nas pastagens que já tinham alimentado o gado dos seus antepassados.

Embora nem todos os habitantes fossem muçulmanos, visto haver na zona uma antiga tradição moçárabe ligada aos centros de peregrinação da Sra. da Rocha e Mosteiro de S. Vicente, não há dúvida que, quando da rendição em meados do séc. XIII, todos falavam o árabe. Nesses tempos, era a língua franca de todos os negócios.

Em análise recente do dialecto falado no Barlavento, foi notada uma estranha vocalização gutural do **a** que poderá ser atribuída a uma influência da língua árabe. Este fenómeno dialectal único no país, ao ter sido também assinalado no interior da serra, não é, por conseguinte, atribuível a contactos mais recentes com pescadores magrebinos.

Este facto foi notado pela Dra. Amália Andrade do Centro de Linguística de Lisboa.

Este fenómeno linguístico é mais um argumento a favor das suspeitas de que os acordos de rendição do séc. XIII autorizaram uma permanência massiva dos vencidos.

Se depois da Reconquista, em todo o Barlavento, os povoados comunitários da serra continuam a fornecer os açougues do litoral, os camponeses e fruticultores a produzirem figos e passas de exportação, os artesãos e pescadores a abastecerem os mercados urbanos, porque não admitir que os barotes de castanho não pararam de chegar aos estaleiros e que as fustas e naus prosseguiram as suas fainas de pesca e de comércio.

Se assim foi, somos levados a supor que nos portos de Silves, Lagos e Sagres deve ter permanecido a melhor e mais avançada elite desse tempo de carpinteiros, calafates e navegadores. Desde o séc. XI que, de geração em geração, foram aprendendo a dominar os ventos adversos e as quebras traiçoeiras do Mar Tenebroso.

Além dos contactos nunca interrompidos com Málaga e Tânger, Tunis ou Génova, já durante os séculos XI e XII, e cada vez mais intensamente a partir do séc. XIII, veleiros rápidos começam a levar para as águas frias dos mares do Norte o sal, o vinho e os frutos secos do Algarve.

Nos portos cosmopolitas do Barlavento, onde a espera de ventos de feição para dobrar o cabo de S. Vicente reunia as mais desvairadas gentes, estava a ser feita, por essa altura, a síntese tecnológica das tradições navais mediterrânicas e biscaínhas que, em breve, iria permitir novas e arrojadas aventuras.

Esta foi, afinal, a tal “escola de Sagres”, que realmente existiu, foi esta escola dos pescadores, a escola dos construtores navais de Silves e Sagres.

Como conclusão: os territórios, como este e outros, se souberem manter a sua organicidade, se souberem defender a sua identidade, e com ela a sua dignidade, indissociavelmente ligada ao seu passado, a todo um ecossistema natural, ambiental e económico visto como um todo, é possível talvez resistir, é possível talvez criar aquilo que foi dito na palestra anterior, criar desenvolvimento, através das forças e dos poderes locais, utilizando os mecanismos próprios a cada região.

Também queria concluir com um exemplo, vivo hoje em todos nós, e que é importante hoje para o nosso imaginário, que é o caso de Fôz Côa. Este acontecimento vai certamente marcar o antes e o depois, sublinhar esta luta entre o progresso, o progressismo, o desenvolvimento do litoral, contra o interior arcaico, pobre e triste, aparentemente condenado a desaparecer.

A não construção desta barragem não deve apenas atribuir-se à existência de uns risquinhos do paleolítico. Temos de ver este caso como uma resolução histórica que, pela primeira vez, numa decisão eminentemente política, optou pela qualidade de um espantoso monumento representado pela totalidade do Vale do Côa, pondo-o a render cultural e economicamente ao serviço dos seus habitantes.